

Raquel Dodge questiona honorários de sucumbência a procuradores no Piauí

Escrito por Saraiva

Qui, 20 de Junho de 2019 14:33 - Última atualização Qui, 20 de Junho de 2019 14:39



A procuradora-geral da República, Raquel Dodge, propôs ao Supremo Tribunal Federal dez ações diretas de inconstitucionalidade (ADIs) contra normas estaduais e distrital que permitem o pagamento de honorários advocatícios de sucumbência a procuradores do Piauí e outros estados. Os honorários sucumbenciais são os valores repassados pela parte vencida de um processo ao advogado da parte vencedora.

São questionadas leis estaduais aprovadas nos seguintes estados: Acre, Amapá, Bahia, Ceará, Maranhão, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Pará, Pernambuco, Sergipe, Tocantins e Distrito Federal. Com essas, já são 16 ADIs propostas pela PGR para questionar esse tipo de normatização.

Em todas, o principal argumento apresentado é o de que os honorários recolhidos pela parte vencida em processos judiciais contra os entes públicos devem ser compreendidos como receita pública, não podendo ser destinados a advogados e procuradores que atuaram nos casos.

Imagem: Agência Brasil

Raquel Dodge questiona honorários de sucumbência a procuradores no Piauí

Escrito por Saraiva

Qui, 20 de Junho de 2019 14:33 - Última atualização Qui, 20 de Junho de 2019 14:39



Raquel Dodge questiona honorários de sucumbência a procuradores no Piauí

Escrito por Saraiva

Qui, 20 de Junho de 2019 14:33 - Última atualização Qui, 20 de Junho de 2019 14:39



[Fotografia ADI do Piauí](#)